

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	8
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	13

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	25
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	28
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	29
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	30

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	46.011.632
Preferenciais	38.670.637
Total	84.682.269
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	09/08/2018	Dividendo	02/10/2018	Preferencial	Preferencial Classe A	0,15972
Reunião do Conselho de Administração	22/01/2019	Dividendo	18/03/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	0,34023

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	967.257	925.349	889.310
1.01	Ativo Circulante	14.260	22.302	6.243
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23	7	6
1.01.02	Aplicações Financeiras	11.999	19.504	2.833
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	11.999	19.504	2.833
1.01.02.01.03	Títulos para Investimento	11.999	19.504	2.833
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.238	2.791	3.404
1.01.08.03	Outros	2.238	2.791	3.404
1.02	Ativo Não Circulante	952.997	903.047	883.067
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.413	2.370	2.246
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.413	2.370	2.246
1.02.01.10.03	Outros Ativos	2.413	2.370	2.246
1.02.02	Investimentos	950.578	900.671	880.815
1.02.02.01	Participações Societárias	950.578	900.671	880.815
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	950.578	900.671	880.815
1.02.03	Imobilizado	6	6	6
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6	6	6

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	967.257	925.349	889.310
2.01	Passivo Circulante	7.099	6.631	6.114
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9	9	9
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9	9	9
2.01.02	Fornecedores	446	194	147
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	446	194	147
2.01.03	Obrigações Fiscais	113	133	162
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	113	133	162
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais	113	133	162
2.01.05	Outras Obrigações	6.531	6.295	5.796
2.01.05.02	Outros	6.531	6.295	5.796
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.155	5.919	5.442
2.01.05.02.04	Participação nos Lucros de Administradores	376	376	354
2.02	Passivo Não Circulante	417	353	294
2.02.02	Outras Obrigações	417	353	294
2.02.02.02	Outros	417	353	294
2.02.02.02.03	Outros Passivos	417	353	294
2.03	Patrimônio Líquido	959.741	918.365	882.902
2.03.01	Capital Social Realizado	352.804	336.206	316.845
2.03.02	Reservas de Capital	8.339	7.920	7.621
2.03.02.07	Res.para Manut. Cap. Giro Próprio	378	378	378
2.03.02.08	Reserva de Incentivos Fiscais	667	667	667
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	7.294	6.875	6.576
2.03.04	Reservas de Lucros	545.488	526.230	508.901
2.03.04.01	Reserva Legal	51.041	48.890	46.713
2.03.04.02	Reserva Estatutária	334.559	320.511	308.853
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	159.888	156.829	153.335
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	53.110	48.009	49.535

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	324	308	239
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-16	-15	-12
3.03	Resultado Bruto	308	293	227
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	41.757	40.176	50.167
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.759	-6.751	-3.269
3.04.02.01	Despesa de Pessoal	-2.875	-2.773	-2.554
3.04.02.02	Outras Despesas Administrativas	-884	-3.978	-715
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	142	209	260
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	45.374	46.718	53.176
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	42.065	40.469	50.394
3.06	Resultado Financeiro	947	152	341
3.06.01	Receitas Financeiras	947	152	341
3.06.01.01	Receita de Juros	947	152	341
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	43.012	40.621	50.735
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	2.915	48
3.08.01	Corrente	0	2.915	48
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	43.012	43.536	50.783
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	43.012	43.536	50.783
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,49372	0,49974	0,58292
3.99.01.02	PN	0,54309	0,54971	0,64121
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,49372	0,49805	0,58292
3.99.02.02	PN	0,54309	0,54785	0,64121

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	43.012	43.536	50.783
4.02	Outros Resultados Abrangentes	5.101	-1.526	-13.207
4.03	Resultado Abrangente do Período	48.113	42.010	37.576

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.555	-2.595	-2.163
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.405	-3.307	-2.393
6.01.01.01	Lucro líquido do período	43.012	43.536	50.783
6.01.01.03	Resultado de Avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial	-45.374	-46.718	-53.176
6.01.01.04	Atualização de Depósito Judicial	-43	-125	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	850	712	230
6.01.02.01	Outros Ativos	553	614	78
6.01.02.03	Outros Passivos	297	98	152
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	568	25.336	5.146
6.02.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	568	1.782	1.796
6.02.05	Alienação de bens e investimentos	0	23.554	3.350
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.502	-6.069	-5.917
6.03.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-6.502	-6.069	-5.917
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.489	16.672	-2.934
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.511	2.839	5.773
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.022	19.511	2.839

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	336.206	7.920	526.230	0	48.009	918.365
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	336.206	7.920	526.230	0	48.009	918.365
5.04	Transações de Capital com os Sócios	16.598	0	-16.598	-7.156	0	-7.156
5.04.01	Aumentos de Capital	16.598	0	-16.598	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-7.156	0	-7.156
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	43.012	5.101	48.113
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	43.012	0	43.012
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.101	5.101
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	5.101	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	419	35.856	-35.856	0	419
5.06.04	Reserva Legal	0	0	2.151	-2.151	0	0
5.06.05	Reservas de Lucros a Realizar	0	0	10.215	-10.215	0	0
5.06.06	Reserva Especial p/ Aumento de Capital	0	0	27.581	-27.581	0	0
5.06.07	Reservas Especial para Dividendos	0	0	3.065	-3.065	0	0
5.06.08	Dividendos não Reclamados	0	419	0	0	0	419
5.06.09	Dividendos Proposto	0	0	-7.156	7.156	0	0
5.07	Saldos Finais	352.804	8.339	545.488	0	53.110	959.741

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	316.845	7.621	508.901	0	49.535	882.902
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	316.845	7.621	508.901	0	49.535	882.902
5.04	Transações de Capital com os Sócios	19.361	0	-19.361	-6.846	0	-6.846
5.04.01	Aumentos de Capital	19.361	0	-19.361	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-6.846	0	-6.846
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	43.536	-1.526	42.010
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	43.536	0	43.536
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.526	-1.526
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.526	-1.526
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	299	36.690	-36.690	0	299
5.06.04	Reserva Legal	0	0	2.177	-2.177	0	0
5.06.05	Reservas de Lucros a Realizar	0	0	10.340	-10.340	0	0
5.06.06	Reserva Especial p/ Aumento de Capital	0	0	27.917	-27.917	0	0
5.06.07	Reserva Especial para Dividendos	0	0	3.102	-3.102	0	0
5.06.08	Dividendos não Reclamado	0	299	0	0	0	299
5.06.09	Dividendo Proposto	0	0	-6.846	6.846	0	0
5.07	Saldos Finais	336.206	7.920	526.230	0	48.009	918.365

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	297.196	7.295	484.194	0	62.742	851.427
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	297.196	7.295	484.194	0	62.742	851.427
5.04	Transações de Capital com os Sócios	19.649	0	-19.649	-6.427	0	-6.427
5.04.01	Aumentos de Capital	19.649	0	-19.649	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-6.427	0	-6.427
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50.783	-13.207	37.576
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50.783	0	50.783
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-13.207	-13.207
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-13.207	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	326	44.356	-44.356	0	326
5.06.04	Reserva Legal	0	0	2.539	-2.539	0	0
5.06.05	Reservas de Lucros a Realizar	0	0	12.061	-12.061	0	0
5.06.06	Reserva Especial p/ Aumento de Capital	0	0	32.564	-32.564	0	0
5.06.07	Reserva Especial para Dividendos	0	0	3.619	-3.619	0	0
5.06.08	Dividendo não Reclamado	0	326	0	0	0	326
5.06.09	Realização de Reservas de Lucros a Realizar (Dividendos)	0	0	-6.427	6.427	0	0
5.07	Saldos Finais	316.845	7.621	508.901	0	49.535	882.902

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	466	517	499
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	324	308	239
7.01.02	Outras Receitas	142	209	260
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-745	-3.735	-492
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-745	-3.735	-492
7.03	Valor Adicionado Bruto	-279	-3.218	7
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-279	-3.218	7
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	46.321	46.870	53.517
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	45.374	46.718	53.176
7.06.02	Receitas Financeiras	947	152	341
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	46.042	43.652	53.524
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	46.042	43.652	53.524
7.08.01	Pessoal	2.875	2.773	2.554
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.420	2.334	2.035
7.08.01.02	Benefícios	370	357	421
7.08.01.03	F.G.T.S.	85	82	98
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	149	-2.663	181
7.08.02.01	Federais	133	-2.678	169
7.08.02.02	Estaduais	0	0	12
7.08.02.03	Municipais	16	15	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6	6	6
7.08.03.02	Aluguéis	6	6	6
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	43.012	43.536	50.783
7.08.04.02	Dividendos	7.156	6.846	6.427
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	35.856	36.690	44.356

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Alfa Holdings S.A. (“Sociedade”), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras e do respectivo parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Sociedade no exercício. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

Desempenho das Atividades

Tratando-se de sociedade holding, o desempenho da Sociedade reflete, basicamente, o comportamento de suas coligadas. Estas, atuando em diversos segmentos da economia nacional, tais como: financeiro, processamento de dados, informática, serviços e outros, apresentaram resultados que proporcionaram à Sociedade uma variação positiva na avaliação de seus investimentos no valor de R\$ 45.374 mil (2017 R\$ 46.718 mil).

Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e com as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis até 31 de dezembro de 2018. As informações relativas ao ano de 2018 estão sendo informadas comparativamente com 2017, conforme estas práticas.

Resultado do Exercício

A Sociedade apresentou no exercício 2018 um lucro líquido de R\$ 43.012 mil (2017 R\$ 43.536 mil), correspondendo a uma rentabilidade de 4,68% (2017 4,93%) sobre o Patrimônio Líquido inicial de 2018 no valor de R\$ 918.365 mil (2017 R\$ 882.902 mil).

Os resultados obtidos e as disposições legais e estatutárias levaram-nos a propor o pagamento dos seguintes valores aos acionistas por lote de mil ações, relativamente ao 2º semestre de 2018: a título de dividendos, R\$ 340,23 para titulares de ações preferenciais da classe “A”, valores estes que somados aos dividendos relativos ao 1º semestre de 2018, totalizaram R\$ 499,95 para titulares de ações preferenciais da classe “A”. Não houve pagamento de dividendos para titulares de ações ordinárias e preferenciais da classe “B”.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido atingiu o valor de R\$ 959.741 mil em 31 de dezembro de 2018 (2017 R\$ 918.365 mil), com crescimento de 4,51% no ano (2017 4,02%).

Capital Social

Em 19 de abril de 2018, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado o aumento do capital social, passando de R\$ 336.206 mil para R\$ 352.804 mil, mediante aproveitamento de parte das reservas de lucros, sem emissão de novas ações.

Declaração dos Diretores

Conforme Instrução CVM nº 552/2014, a Diretoria declara que, em reunião realizada em 13 de março de 2019, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Divulgação sobre Serviços da Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que nem a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras da Sociedade, nem pessoas a ela ligadas, presta outros serviços à Sociedade que não os de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente, ou promover o interesse deste.

São Paulo, 13 de março de 2019.

DIRETORIA

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro
(Diretor Presidente)

Rubens Garcia Nunes
(Diretor Vice-Presidente)

Marco Aurélio Neto Arnes
(Diretor)

Este Relatório da Administração, elaborado pela Diretoria, foi examinado e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 13 de março de 2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro

Luiz Alves Paes de Barros

Waldyr de Campos Andrade

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM REAIS MIL - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)****NOTA 1 – ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO**

A Alfa Holdings S.A. (“Sociedade”), que é uma sociedade anônima de capital aberto, originou-se com o nome de Participação e Administração S.A. - PASA, constituída em 19.12.1959, com sede em Belo Horizonte – MG, e desde o início de suas atividades objetivava manter participações em outras empresas.

Através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11.08.1969, foi aprovada a transferência da sede social para São Paulo - SP e a modificação da denominação para Real S.A. Participações e Administração. A A.G.E de 08.04.1999 alterou a denominação social para Alfa Holdings S.A..A sede social está localizada na cidade de São Paulo, na Alameda Santos, nº 466. A Sociedade é registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – B3 - Brasil, Bolsa e Balcão com o código de negociação RPAD.

Sua atividade principal atual consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de “holding”, com participações direcionadas, principalmente, aos segmentos financeiros diretos e indiretos (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I., Banco Alfa S.A, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), ramo de seguros, através da coligada direta Corumbal Participações e Administração Ltda. (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.), tecnologia e serviços (Metro Tecnologia e Serviços Ltda).

A Sociedade não possui filiais e seu controle é integralmente nacional.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As práticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2018 são consistentes com as utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2017, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

As notas explicativas às Demonstrações Financeiras contêm descrições, narrativas e detalhes da composição das informações apresentadas nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Estas Demonstrações Financeiras foram concluídas em 13 de março de 2019 e aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade na mesma data.

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de suas coligadas. Exceto quando indicado, as informações contábeis expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

b) Base para avaliação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca dos ativos.

c) Uso de estimativas e julgamentos

No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras da Sociedade, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem na Sociedade com:

- Provisão para riscos fiscais; e
- Ativos tributários diferidos.

d) Informações sobre participações detidas em coligadas

(i) A Sociedade não tem controle isolado sobre nenhuma investida, todas são coligadas.

(ii) A Sociedade tem influência significativa em suas investidas, pois nelas mantém, direta ou indiretamente, vinte por cento ou mais do poder de voto, portanto pode participar nas decisões financeiras e operacionais sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

Notas Explicativas

e) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

- IFRS 17 – Contratos de Seguros: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguros. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:
 - i) Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
 - ii) *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
 - iii) *Variable Fee Approach*: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- i) Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- ii) Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- iii) Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- iv) Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam causar impacto significativo sobre a Sociedade.

f) Mudanças nas principais práticas contábeis

Com exceção ao descrito abaixo, e detalhado na nota 3b, as políticas contábeis aplicadas nessas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Conglomerado adotou inicialmente CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1 de janeiro de 2018. Outras normas, incluindo o CPC 47/IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes, que são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018, não tiveram efeito material nas demonstrações financeiras do Grupo.

Impactos Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração a partir de 01 de janeiro de 2018:

O Conglomerado Alfa analisou a classificação de seus ativos e passivos financeiros nas categorias de mensuração originais do CPC 38/IAS 39, em relação as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9, para cada classe de ativos e passivos financeiros em 01.01.2018.

Os ativos e passivos financeiros foram reclassificados de: i) disponível para venda para valor justo por meio do resultado abrangente (exceto para títulos patrimoniais); ii) títulos para negociação para valor justo por meio do resultado; iii) mantido até o vencimento para custo amortizado, e iv) empréstimos e recebíveis para custo amortizado.

Não há efeitos de valores decorrente da nova avaliação de classificação nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

Impactos perda por *impairment* de instrumentos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2018:

O Conglomerado Alfa avaliou os impactos para os ativos no escopo do modelo de *impairment* do CPC 48/IFRS 9. As perdas por *impairment* não resultaram em efeito significativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados, exceto pelos efeitos descritos na nota 2f, nas Demonstrações Financeiras de forma consistente pela Sociedade:

a) Caixa e equivalentes de caixa

O saldo em caixa e equivalentes de caixa compreende disponibilidades em caixa e depósitos bancários à vista (no Brasil). Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

b) Instrumentos financeiros ativos e passivos

A Sociedade adotava até 31.12.2017 o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que tinha como base a classificação dos ativos financeiros nas seguintes categorias:

1. **Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado:** eram aqueles ativos classificados como mantido para negociação. Os custos da transação foram reconhecidos no resultado conforme incorridos. Eram mensurados pelo valor justo e as mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros, foram reconhecidos no resultado do exercício.
2. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** ativos que eram reconhecidos inicialmente pelo valor justo,

Notas Explicativas

acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento eram mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** os ativos eram inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eram mensurados pelo valor justo e as mudanças foram reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.
4. **Passivos financeiros não derivativos:** eram reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros foram mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo.

A partir de 01.01.2018, a Sociedade adotou, de forma prospectiva o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. A classificação dos ativos financeiros é fundamentada nos modelos de negócios aprovados pela Administração da Sociedade, bem como nas características dos fluxos de caixa contratados.

i. Reconhecimento e mensuração inicial CPC 48/IFRS 9

Todos os instrumentos financeiros operados pela Sociedade são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo. No curso normal dos negócios, o valor justo de um instrumento financeiro no seu reconhecimento inicial é o preço da transação, acrescido (para instrumentos não avaliados subsequentemente a valor justo por meio do resultado) dos custos de transação que são incrementais diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. Apresentação dos Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros detidos pelo Conglomerado estão classificados em uma das categorias apresentadas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 a seguir:

- (1) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: i) aqueles cujo o objetivo do modelo de negócio seja manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxo de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- (2) Ativos financeiros (instrumentos de dívida) classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente: i) aqueles ativos cujo o objetivo do modelo de negócios seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e ii) os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- (3) Ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos que não se enquadrem nos itens “1” e “2” acima. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- (4) Passivos Financeiros: são classificados como mensurados ao custo amortizados; excetos os passivos derivativos.

O CPC 46 define que a determinação do valor justo de um Ativo ou Passivo financeiro pode prever o uso de três abordagens quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamadas níveis de hierarquia de valor justo, a saber:

- i. Nível I: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- ii. Nível II: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- iii. Nível III: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As práticas contábeis adotadas para cada uma das categorias de instrumentos financeiros são apresentadas em tópicos específicos abaixo.

Notas Explicativas

iii. Baixa

Ativos financeiros são baixados quando a) os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa expiram; ou b) quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são transferidos; ou c) quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não o controla.

Os passivos financeiros (ou uma parte de um passivo financeiro) são baixados quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou se expiram, conforme requer o CPC 48/IFRS 9, parágrafo 3.3.1.

iv. Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço quando, e somente quando, possuem o direito legal de compensar os valores, e a intenção de liquidá-los pelo valor líquido ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitido pelas normas contábeis.

c) Investimento em coligadas

Participações em entidades sob controle comum e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras das coligadas, para fins de apuração da equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação, segundo as mesmas práticas contábeis e na moeda funcional da Sociedade.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as Demonstrações Financeiras incluem a participação do grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

d) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda, quando são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido decorrentes de avaliação de instrumentos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultado, no momento em que forem reconhecidos em resultado os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se espera que sejam pagos na forma e período estabelecidos na legislação e com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando as alíquotas de impostos em vigor.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e sua base fiscal, utilizando-se as alíquotas de impostos na forma e período estabelecido na legislação e em vigor na data do balanço.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos considerando a expectativa, baseada em estudo documentado, de que lucros tributáveis futuros serão capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

e) Provisões

As provisões, que incluem demandas legais contra a Sociedade, tendo como origem fatos passados, são constituídas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável e possa ser exigível legalmente, e o seu valor possa ser estimado em bases confiáveis.

As obrigações contingentes incluem demandas legais contra a Sociedade, decorrentes de fatos passados, mas cuja existência somente possa ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam sob o controle da Sociedade. Estas são divulgadas em notas explicativas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável, com a condição de que seus valores não possam ser estimados em bases confiáveis.

f) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados. Os custos e as despesas são reconhecidos quando incorridos, independentemente da liquidação financeira subjacente.

g) Resultado por ação

Notas Explicativas

O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações em circulação.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações diluidoras, se existentes, como as resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores.

h) Demonstração do valor adicionado – DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Depósito bancário de livre movimentação em moeda nacional	23	7

NOTA 5 – TÍTULOS PARA INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2018, os títulos para investimentos da Sociedade referem-se a Letras de Arrendamento Mercantil com remuneração média de 100% do DI (100% do DI em 2017). Estão compostas conforme segue:

Descrição	Classificação	31.12.2018		31.12.2017	
		1 ano a 3 anos	Total	1 ano a 3 anos	Total
Letras de arrendamento mercantil	Valor justo por meio do resultado	11.999	11.999	19.504	19.504

Estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem liquidez imediata, sem risco significativo de mudança de valor.

NOTA 6 – OUTROS ATIVOS

	31.12.2018	31.12.2017
Circulante		
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	315	500
Impostos e contribuições a compensar (i)	1.894	2.267
Diversos	29	24
Total de outros ativos circulante	2.238	2.791
Não Circulante		
Depósitos judiciais (ii)	2.408	2.365
Opções por incentivos fiscais	5	5
Total de outros ativos não circulante	2.413	2.370

i) Impostos e contribuições a compensar:

O valor desta rubrica é composto por IRPJ e CSLL antecipados em exercícios anteriores, atualizados pela taxa Selic. A compensação dos créditos vem sendo feita através de pedidos de compensação PER/DCOMP, à medida que a Sociedade apura impostos federais a recolher.

ii) Depósitos judiciais:

Trata-se de Contribuição Previdenciária incidente sobre honorários de diretoria do período de janeiro/90 a julho/94 recolhida com a mesma alíquota incidente sobre folha de pagamento de funcionários, nos moldes da exigência contida no inciso I, do art. 3º, da Lei nº 7.787/89 e art. 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, a qual foi considerada inconstitucional pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. Houve decisão judicial favorável à Sociedade, transitada em julgado. O processo aguarda decisão em relação aos depósitos judiciais efetuados pela Sociedade, uma vez que a Fazenda Nacional solicitou a transferência dos valores dos depósitos para garantia de outro suposto débito, executado pela União.

Notas Explicativas**NOTA 7 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS**

As participações em entidades coligadas estão demonstradas a seguir:

Entidades coligadas							
	Segmento	% de participação		Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Banco Alfa de Investimento S.A.	Financeiro	17,77	17,73	257.540	250.756	6.464	6.244
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	Financeiro	16,93	16,89	151.110	143.449	8.240	7.060
Corumbal Partic. e Administ. Ltda.	Serviços	42,83	42,83	440.105	414.302	24.141	19.729
Metro Tecnologia e Serviços Ltda. (*)	Serviços	49,36	49,36	101.782	92.123	6.529	13.685
Outros Investimentos	-	-	-	41	41	-	-
Totais				950.578	900.671	45.374	46.718

(*) Em 14.06.2018 a Metro Tecnologia Informática Ltda. teve sua razão social alterada para Metro Tecnologia e Serviços Ltda.

As movimentações dos investimentos em coligadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas da seguinte forma:

Coligadas	Saldo em 31.12.2017	Equivalência Patrimonial	Dividendos e JCP	Aquisições / (Alienações) de ações	Ajustes de Variações Patrimoniais	Saldo em 31.12.2018
					(3)	
Banco Alfa de Investimento S.A.	250.756	6.464	-	-	320	257.540
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	143.449	8.240	(568)	-	(11)	151.110
Corumbal Partic. e Administ. Ltda.	414.302	24.141	-	-	1.662	440.105
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	92.123	6.529	-	-	3.130	101.782
Outros Investimentos	41	-	-	-	-	41
Totais	900.671	45.374	(568)	-	5.101	950.578

Coligadas	Saldo em 31.12.2016	Equivalência Patrimonial	Dividendos e JCP	Aquisições / (Alienações) de ações	Ajustes de Variações Patrimoniais	Saldo em 31.12.2017
					(3)	
Banco Alfa de Investimento S.A.	246.085	6.244	(1.192)	-	(381)	250.756
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	136.926	7.060	(590)	-	53	143.449
Corumbal Partic. e Administ. Ltda. ⁽¹⁾	414.752	19.729	-	(23.554)	3.375	414.302
Metro Dados Ltda. ⁽²⁾	42.030	5.762	-	(45.786)	(2.006)	-
Metro Tecnologia e Serviços Ltda. ⁽²⁾	40.981	7.923	-	45.786	(2.567)	92.123
Outros Investimentos	41	-	-	-	-	41
Totais	880.815	46.718	(1.782)	(23.554)	(1.526)	900.671

1) Em 07 de março de 2017, após análise da situação de caixa e do capital social da coligada Corumbal Participações e Administração Ltda. (Corumbal), suas sócias quotistas, entre as quais a Sociedade, determinaram a redução de seu capital social, proporcionalmente às suas respectivas participações, por encontrar-se excessivo tendo em vista suas necessidades previsíveis, disponibilidades e perspectivas de investimentos, na importância global de R\$ 55.000. A redução se efetivou em 06 de novembro de 2017, cabendo à Sociedade uma parcela de R\$ 23.554, mantendo-se inalterada sua participação no capital social da Corumbal.

2) Em 29 de dezembro de 2017 a coligada Metro Tecnologia e Serviços Ltda. (Metro Tecnologia) incorporou a coligada Metro Dados Ltda. (Metro Dados), que foi extinta, a fim de simplificar suas estruturas e diminuir custos, com fusão de áreas e atividades redundantes e redução de procedimentos de natureza contábil e administrativa. Nessa operação, a Metro Tecnologia absorveu integralmente o patrimônio da Metro Dados, no valor de R\$ 91.974, conforme avaliação realizada por empresa especializada.

3) A coluna de “Ajustes de Variações Patrimoniais” está representada por: i) “Ajuste positivo ao valor de mercado de TVM e Derivativos” no montante de R\$ 1.971 (R\$ 3.047 positivo em 2017) reconhecidos no patrimônio líquido das coligadas Banco Alfa de Investimento S. A. e Financeira Alfa S.A.-C.F.I., e também refletindo no patrimônio líquido da Sociedade de forma direta e indireta por meio da Corumbal; e ii) variações cambiais positivas no montante de R\$ 3.130 (R\$ 4.573 negativa em 2017) reconhecidas no patrimônio líquido da coligada Metro Tecnologia, em função de seus investimentos em empresas sediadas no exterior.

Notas Explicativas

Abaixo apresentamos um sumário das informações contábeis das coligadas:

Coligadas	31.12.2018						
	Ativo			Passivo			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total
Banco Alfa de Investimento S.A.	8.566.265	4.271.923	12.838.188	6.601.633	4.779.555	1.457.000	12.838.188
Financeira Alfa S.A.-C.F.I.	3.638.129	2.280.275	5.918.404	2.623.131	2.395.667	899.606	5.918.404
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	116.337	917.425	1.033.762	5.635	445	1.027.682	1.033.762
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	123.492	96.530	220.022	3.025	10.780	206.217	220.022

Coligadas	31.12.2017						
	Ativo			Passivo			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total
Banco Alfa de Investimento S.A.	8.278.359	3.810.117	12.088.476	6.123.407	4.542.724	1.422.345	12.088.476
Financeira Alfa S.A.-C.F.I.	3.386.544	1.974.652	5.361.196	533.388	3.971.636	856.172	5.361.196
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	103.419	867.486	970.905	3.051	424	967.430	970.905
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	183.122	31.373	214.495	3.310	24.538	186.647	214.495

Coligadas	Demonstração do resultado do período								
	31.12.2018								
	Receitas de venda de bens e/ou serviços	Custos dos bens e/ou serviços	Resultado bruto	Despesas/receitas operacionais	Outras receitas/despesas operacionais	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL	Lucro do período
Banco Alfa de Investimento S.A.	46.822	(4.062)	42.760	(90.007)	43.211	(4.036)	56.805	370	53.139
Financeira Alfa S.A.-C.F.I.	15.730	(24.481)	(8.751)	(341.677)	(32.520)	(382.948)	478.204	(31.752)	63.504
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	-	-	-	54.379	221	54.600	6.141	(4.370)	56.371
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	23.029	(1.977)	21.052	(18.239)	(165)	2.648	19.239	(8.659)	13.228

Coligadas	Demonstração do resultado do período								
	31.12.2017								
	Receitas de venda de bens e/ou serviços	Custos dos bens e/ou serviços	Resultado bruto	Despesas/receitas operacionais	Outras receitas/despesas operacionais	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL	Lucro do período
Banco Alfa de Investimento S.A.	38.089	(4.382)	33.707	(115.288)	(17.094)	(98.675)	126.759	21.599	49.683
Financeira Alfa S.A.-C.F.I.	13.845	(19.606)	(5.761)	(313.270)	(45.274)	(364.305)	450.323	(30.112)	55.906
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	-	-	-	39.180	878	40.058	12.490	(6.479)	46.069
Metro Dados Ltda.	2.804	(242)	2.562	(2.236)	7.339	7.665	6.319	(2.409)	11.575
Metro Tecnologia Informática Ltda.	17.152	(1.777)	15.375	(13.237)	7.037	9.175	10.978	(3.997)	16.156

NOTA 8 – OUTRAS PASSIVOS

O saldo de outros passivos refere-se basicamente: i) saldo provisionado de bonificação à administração no valor de R\$ 376 (R\$ 376 em 2017); ii) saldo de provisão para riscos fiscais, no montante de R\$ 417 (R\$ 353 em 2017), composto principalmente de ação de contribuição sindical patronal, avaliada como de perda provável, contabilizada conforme descrito na nota explicativa “3.e”.

NOTA 9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Composição do capital social**

	31.12.2018			
	Total	Ordinárias	Preferenciais	Capital R\$ mil
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	336.206
Aumento de capital (*)	-	-	-	16.598
Saldo final	84.682.269	46.011.632	38.670.637	352.804

	31.12.2017			
	Total	Ordinárias	Preferenciais	Capital R\$ mil
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	316.845
Aumento de capital	-	-	-	19.361
Saldo final	84.682.269	46.011.632	38.670.637	336.206

(*) Em 19.04.2018, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou aumento do capital social, passando de R\$ 336.206 para R\$ 352.804, mediante incorporação de parte de reservas de lucros, sem emissão de novas ações.

As ações preferenciais estão assim distribuídas:

Notas Explicativas

Classe de ações	31.12.2018		
	PNA	PNB	TOTAL
- Quantidade	14.313.881	24.356.756	38.670.637

Classe de ações	31.12.2017		
	PNA	PNB	TOTAL
- Quantidade	14.313.881	24.356.756	38.670.637

As ações preferenciais não gozam do direito de voto e a elas são atribuídos os seguintes direitos/vantagens:

- Recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações), observado o item c);
- Reembolso do capital, nos casos de amortização de ações ou de liquidação da Sociedade e;
- Apenas as ações preferenciais da Classe "A" terão direito a um dividendo anual por ação que tenha o maior valor entre: (i) o dividendo previsto no item a) ou (ii) 12% (doze por cento) do valor da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias.

b) Reservas de capital

As Reservas de capital estão assim representadas:

	31.12.2018	31.12.2017
Reservas de manutenção do capital de giro	378	378
Reserva de incentivos fiscais	667	667
Reserva p/ incorporação ao capital	1.068	1.068
Outras reservas de capital (dividendos prescritos)	6.226	5.807
Total	8.339	7.920

c) Reservas de lucros**c.1) Reserva legal**

É constituída com aplicação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

c.2) Reserva de lucros a realizar

É constituída pelo saldo desta mesma reserva no final do exercício anterior acrescido do montante do dividendo obrigatório no exercício, calculado nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto da Sociedade, menos os dividendos efetivamente pagos no exercício, que incluem, mas podem não se limitar a: (i) a parcela dos lucros realizados, correspondente aos dividendos recebidos de investidas e pagos pela Sociedade aos seus acionistas, conforme disposição contida no artigo 197, da Lei 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01 e; (ii) a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pela Sociedade, quando os lucros realizados não forem suficientes.

Em 2018, a parcela de lucros realizados correspondentes aos dividendos recebidos de coligadas foi de R\$ 668 (2017 R\$ 1.825). Adicionalmente, a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pela Sociedade foi de R\$ 6.488 (2017 R\$ 5.021), totalizando no exercício o valor de R\$ 7.156 (2017 R\$ 6.846).

A Reserva de Lucros a Realizar está assim representada:

	Antes da Lei nº 10.303	Após a Lei nº 10.303	Total
Saldo inicial em 01.01.2018	87.100	69.729	156.829
Constituição	-	10.215	10.215
Realização	-	(7.156)	(7.156)
Saldo Final em 31.12.2018	87.100	72.788	159.888

c.3) Reservas estatutárias

Nos termos da Legislação Societária, a Sociedade deve destinar 5% de seu lucro anual, que pode ser utilizado para aumento de capital ou absorção de perdas, mas não pode ser distribuído na forma de dividendos.

d) Lucros acumulados

Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Sociedade e as apropriações às reservas legais será transferido à Reserva Especial para Aumento de Capital em 90% e Reserva Especial para Dividendos em 10%, até atingirem o limite de 80% e 20%, respectivamente, do Capital Social, e, quando houver excesso, este será eliminado mediante aumento de capital.

Notas Explicativas**e) Dividendos**

O Estatuto prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado conforme o disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposição estatutária, e nos termos da Lei n.º 6.404, artigo 17, § 1º, inciso II, as ações preferencias tem direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações).

NOTA 10 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Atualização dos depósitos judiciais	142	209

NOTA 11 – DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Benefícios – FGTS	(85)	(82)
Remuneração diretoria, conselho de administração e fiscal	(2.044)	(1.958)
Encargos sociais e previdenciários	(370)	(357)
Parcela anual complementar de honorário	(376)	(376)
Total	(2.875)	(2.773)

NOTA 12 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Contribuição sindical patronal	(63)	(59)
Anuidade B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e CVM	(113)	(119)
Convênio de ações escriturais	(42)	(42)
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(96)	(119)
Serviços de terceiros	(164)	(150)
Despesas tributárias	(133)	(237)
PERT (*)	-	(3.236)
Provisões diversas	(256)	-
Outras	(17)	(16)
Total	(884)	(3.978)

(*) Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Medida Provisória nº 783/2017 e pela Lei nº 13.496/2017: Com base na opinião de assessores legais bem como o posicionamento dos Tribunais, e considerando as reduções nos valores dos juros, multas e encargos legais concedidas por esta Medida Provisória, a Sociedade aderiu ao PERT na modalidade pagamento à vista de alguns débitos. Assim, foram liquidadas por R\$ 3.503 contingências fiscais cujo valor total do risco estava em R\$ 6.402, sendo o valor da liquidação registrado na rubrica “outras despesas gerais e administrativas”. Após a conversão da referida MP na Lei nº 13.496, o que ocorreu em 24.10.2017, houve reduções nos valores de multas e encargos legais. Sendo assim, a despesa total passou a R\$ 3.236, tendo sido utilizados créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no valor de R\$ 2.915.

Notas Explicativas**NOTA 13 - IMPOSTOS SOBRE A RENDA CORRENTE**

Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	31.12.2018		31.12.2017	
	IRPJ	C. Social	IRPJ	C. Social
Lucros antes das tributações	43.012	43.012	40.621	40.621
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(10.753)	(3.871)	(10.155)	(3.656)
Efeito das adições e exclusões				
- Adições:	(220)	(79)	(156)	(56)
Parcela anual de complemento de honorários da diretoria e conselho	(94)	(34)	(94)	(34)
Outras adições	(126)	(45)	(62)	(22)
- Exclusões:	10.973	3.950	10.311	3.712
Resultado de equivalência patrimonial	11.201	4.033	11.234	4.044
Outras exclusões	(228)	(83)	(923)	(332)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

A Sociedade deixou de constituir Créditos Tributários de Imposto de Renda e de Contribuição Social que, em 31 de dezembro de 2018, apresentaram saldos acumulados de R\$ 3.318 (R\$ 2.949 em 2017) e R\$ 1.044 (R\$ 876 em 2017), respectivamente.

NOTA 14 - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

O caixa e equivalentes de caixa, apresentado na Demonstração dos fluxos de caixa, está constituído por:

	31.12.2018	31.12.2017
No início do período	19.511	2.839
Disponibilidades	7	6
Títulos para investimentos (1)	19.504	2.833
No final do período	12.022	19.511
Disponibilidades	23	7
Títulos para investimentos (1)	11.999	19.504
Variação em caixa e equivalentes de caixa	(7.489)	16.672

(1) Tratam-se de aplicações com liquidez imediata.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é representado por disponibilidades e ativos financeiros de alta liquidez, que possuem um risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e tem como finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Sociedade.

NOTA 15 - GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

O Gerenciamento de Riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para a Sociedade. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoante às diretrizes estabelecidas pela Administração.

O gerenciamento dos riscos de liquidez e mercado é realizado de forma consolidada para todas as empresas integrantes do Conglomerado Alfa. Isto decorre do fato de que o caixa das entidades integrantes do Conglomerado é gerenciado de forma unificada.

Notas Explicativas

a) Gestão do capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer um retorno adequado e seguro aos seus acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade é formada pelo patrimônio líquido, que inclui capital social, reservas de capital, reservas legal, estatutária e de lucros a realizar e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

b) Risco de liquidez

O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo Comitê de Caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O Comitê de Caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, os controles do risco de liquidez utilizam-se de fluxo de caixa projetado diariamente, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos.

c) Gerenciamento do risco de liquidez

A abordagem do Conglomerado Alfa com relação ao gerenciamento de liquidez é assegurar, o máximo possível, que o Conglomerado terá sempre a liquidez necessária para cumprir com suas obrigações nos devidos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação da organização.

d) Risco de mercado

Por meio de sua atividade, a Sociedade fica exposta principalmente a riscos financeiros relacionados à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercados sobre as posições ativas e passivas da carteira própria das suas coligadas. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (Value at Risk) definidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado das coligadas e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia e as volatilidades são calculadas pela metodologia EWMA com a utilização de λ de 0,94. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de estresse em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. As informações para elaboração das curvas de mercado são obtidas através da tabela de taxas médias divulgada diariamente pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

e) Risco operacional

A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, aos quais o Conglomerado está sujeito, e a consequente adoção de medidas preventivas. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos. Este departamento reporta-se diretamente à Diretoria de Crédito, que além de coordenar as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado. É sua responsabilidade reportar ao Comitê de Controles de Risco Operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê serão acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Notas Explicativas**NOTA 16 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 05 (R1), são efetuadas operações com empresas coligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

Partes relacionadas entre a Sociedade e Coligadas

	31.12.2018		31.12.2017		31.12.2018		31.12.2017	
	ativos	(passivos)	ativos	(passivos)	receitas	(despesas)	receitas	(despesas)
Títulos para Investimento	11.999	-	19.504	-	947	-	725	-
- Controladora	11.999	-	19.504	-	947	-	725	-
- Outras partes relacionadas	11.999	-	19.504	-	947	-	725	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	11.999	-	19.504	-	947	-	725	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber	314	-	500	-	568	-	1.782	-
- Coligadas	314	-	500	-	568	-	1.782	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	-	-	-	-	-	-	1.192	-
Financeira Alfa S.A.	314	-	500	-	568	-	590	-
Outros Ativos / Outros Passivos	29	-	24	-	324	-	308	-
- Coligadas	29	-	24	-	324	-	308	-
Metro Dados Ltda.	-	-	-	-	-	-	173	-
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	29	-	24	-	324	-	135	-

Partes Relacionadas – Descrições das Prestações de Serviços

Empresas coligadas	Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	Alfa Arrendamento Mercantil S.A.
Objeto do contrato	Prestação de Serviços de assessoria, consultoria administrativa em geral nas áreas financeira, fiscal, contratos e contábil.	Aplicação financeira em Letras de Arrendamento Mercantil à taxa de 100% do DI
Garantias e Seguros	Não há.	Não há
Rescisão/ extinção	Fica ressalvado às partes o direito de denunciar o contrato a qualquer tempo, mediante a simples comunicação escrita de uma parte a outra, com antecedência mínima de 30 dias, sem que com isso seja devida qualquer importância, a título de multa ou indenização.	Vencimento ou liquidações antecipadas
Montante envolvido	R\$ 353	R\$ 12.946
Ativo/ (Passivo)	R\$ 29	R\$ 11.999
Receita/ (despesa)	R\$ 324	R\$ 947

Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração. Em 2018, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global até R\$ 140 (R\$ 130 em 2017). Em 2018, foi pago a título de remuneração da Administração o valor total de R\$ 1.608 (R\$ 1.557 em 2017).

- (1) Benefícios – Conselho de Administração e Diretoria: Em 2018 e 2017 não houve pagamento de benefícios. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração, excetuado o recolhimento de FGTS sobre os honorários pagos à Diretoria.
- (2) A Sociedade não concede empréstimos ou adiantamentos para:
 - Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
 - Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria empresa, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

- (3) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária na Sociedade em 31 de dezembro de 2018: Preferenciais: 32,104% e total de ações: 16,749%.

Eliane Carolina Quaglio Arjonas
Contadora
CRC 1SP 232846/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração e Acionistas do
Consórcio Alfa de Administração S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Consórcio Alfa de Administração S.A. ("Companhia"), identificadas como Individual e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidado, do Consórcio Alfa de Administração S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho, individual e consolidado, das suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Investimentos em empresas coligadas – Individual e Consolidado

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3 e nº 12, a Companhia detém participações societárias direcionadas aos segmentos financeiros, ramo de seguros e prestação de serviços, registradas pelo método de equivalência patrimonial, por se tratarem de investimentos com influência significativa. Essas investidas possuem estimativas contábeis relevantes que podem afetar o resultado da Companhia, como: provisão para créditos de liquidação duvidosa (PDD), provisão e passivos contingentes - trabalhistas, cíveis e fiscais e valor justo de Instrumentos Financeiros Derivativos – Estrutura de Hedge Accounting. Devido à relevância desses investimentos, à mensuração dessas estimativas contábeis envolverem julgamento da Administração das investidas, das especificidades nos controles para gestão dos investimentos em razão das investidas estarem sujeitas a requerimentos legais e regulatórios próprios e identificação de transações entre partes relacionadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram o planejamento do escopo de nossos trabalhos realizados para as investidas e a avaliação dos riscos de distorção relevante em relação aos assuntos destacados acima que podem afetar o resultado da Companhia de forma relevante. Adicionalmente, analisamos as informações das empresas investidas, avaliamos o percentual de participação, efetuamos o recálculo da equivalência patrimonial, dos dividendos recebidos e/ou dos juros sobre capital próprio e analisamos o controle e divulgação de transações com partes relacionadas. Para esses riscos de distorção relevante das investidas por nós auditadas, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos controles chaves que mitiguem os respectivos riscos, testes de detalhes com base em amostragem nas premissas utilizadas pela administração para formação das estimativas contábeis descritas acima, avaliação do valor justo dos instrumentos derivativos e respectivos objetos de hedge, bem como avaliação da efetividade do hedge apurada pela Administração. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo dos investimentos em coligadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

• Provisões técnicas de seguros e previdência – Individual e Consolidado

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3 e nº 17, as Demonstrações Financeiras da Companhia contempla passivos relacionados a contratos de seguros e previdência denominados Provisões Técnicas. Essas provisões são constituídas de acordo com as normas do Órgão Regulador e do Conselho Nacional de Seguros Privados e princípios atuariais que envolvem alto grau de julgamento, em especial na avaliação das metodologias e premissas subjacentes. Em função da relevância dos montantes envolvidos, da incerteza e subjetividade inerentes ao processo de determinação e mensuração das provisões técnicas de seguros e

previdência, bem como o impacto que eventuais mudanças em suas premissas podem causar no valor das Provisões Técnicas registrado nas Demonstrações Financeiras consolidadas e no valor do investimento apurado pelo método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras individuais, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com base em amostragem, testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados às Provisões Técnicas. Com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial, efetuamos a avaliação da consistência dos dados e razoabilidade das principais metodologias e premissas utilizadas na mensuração das provisões técnicas e no teste de adequação de passivos, tais como expectativas de sinistralidade, mortalidade, longevidade, tempo de permanência e taxas de juros. Adicionalmente efetuamos o recálculo das provisões técnicas e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis o nível de provisionamento no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar à Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2019.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: (i) O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (ii) A proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, de aumentar o capital social, tendo em vista que as Demonstrações Financeiras acusam excesso de reservas em relação ao capital social, no valor de R\$16.398.000,00 (dezesesseis milhões e trezentos e noventa e oito mil reais) elevando-o de R\$352.804.000,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões e oitocentos e quatro mil reais), para R\$369.202.000,00 (trezentos e sessenta e nove milhões e duzentos e dois mil reais), visando eliminar referido excesso. Que esse aumento seja levado a efeito mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta "Reservas de Lucros - Reserva para Aumento de Capital", sem emissão de novas ações. Dada a natureza desse aumento, não haverá incidência de qualquer ônus fiscal para a Sociedade nem para os seus acionistas. Aprovam, ainda, a consequente reforma do Artigo 5º do Estatuto Social.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Antonio Celso Amaral Salles

Eurico Ferreira Rangel
Rubens Barletta

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ALFA HOLDINGS S.A.
CNPJ/MF nº 17.167.396/0001 69 - NIRE 35 3 0002375 7

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA

DATA: 13 de março de 2019. HORÁRIO: 08h00min. LOCAL: Sede social, Alameda Santos, nº 466, 4º andar, São Paulo – SP.

1. Reuniu-se a Diretoria da Alfa Holdings S.A., presentes seus membros abaixo assinados.

2. Os Diretores discutiram e aprovaram:

2.1. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e

2.2. Concordaram com o conteúdo do correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09.

3. A seguir, a Diretoria discutiu, elaborou e aprovou a seguinte proposta: “PROPOSTA DA DIRETORIA AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. Senhores Conselheiros, tendo em vista que as Demonstrações Financeiras acusam excesso de reservas em relação ao capital social, a Diretoria da Alfa Holdings S.A. propõe o aumento do capital social no valor de R\$16.398.000,00 (dezesesseis milhões e trezentos e noventa e oito mil reais) elevando-o de R\$352.804.000,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões e oitocentos e quatro mil reais), para R\$369.202.000,00 (trezentos e sessenta e nove milhões e duzentos e dois mil reais), visando eliminar referido excesso. Sugere também a Diretoria que esse aumento seja levado a efeito mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta “Reservas de Lucros – Reserva para Aumento de Capital”, sem emissão de novas ações. Dada a natureza desse aumento, não haverá incidência de qualquer ônus fiscal para a Sociedade nem para os seus acionistas. Propôs ainda, a Diretoria, a consequente reforma do Artigo 5º do Estatuto Social. São Paulo, 13 de março de 2019. Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - Diretor Presidente. Rubens Garcia Nunes - Diretor Vice-Presidente. Marco Aurélio Neto Arnes – Diretor.”

4. Nesta mesma oportunidade, os Diretores resolveram submeter referidos documentos e proposta ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, para sua aprovação.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro
Diretor Presidente

Rubens Garcia Nunes
Diretor Vice-Presidente

Marco Aurélio Neto Arnes
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ALFA HOLDINGS S.A.

CNPJ/MF nº 17.167.396/0001 69 - NIRE 35 3 0002375 7

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA

DATA: 13 de março de 2019. HORÁRIO: 08h00min. LOCAL: Sede social, Alameda Santos, nº 466, 4º andar, São Paulo – SP.

1. Reuniu-se a Diretoria da Alfa Holdings S.A., presentes seus membros abaixo assinados.

2. Os Diretores discutiram e aprovaram:

2.1. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e

2.2. Concordaram com o conteúdo do correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09.

3. A seguir, a Diretoria discutiu, elaborou e aprovou a seguinte proposta: “PROPOSTA DA DIRETORIA AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. Senhores Conselheiros, tendo em vista que as Demonstrações Financeiras acusam excesso de reservas em relação ao capital social, a Diretoria da Alfa Holdings S.A. propõe o aumento do capital social no valor de R\$16.398.000,00 (dezesesseis milhões e trezentos e noventa e oito mil reais) elevando-o de R\$352.804.000,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões e oitocentos e quatro mil reais), para R\$369.202.000,00 (trezentos e sessenta e nove milhões e duzentos e dois mil reais), visando eliminar referido excesso. Sugere também a Diretoria que esse aumento seja levado a efeito mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta “Reservas de Lucros – Reserva para Aumento de Capital”, sem emissão de novas ações. Dada a natureza desse aumento, não haverá incidência de qualquer ônus fiscal para a Sociedade nem para os seus acionistas. Propôs ainda, a Diretoria, a consequente reforma do Artigo 5º do Estatuto Social. São Paulo, 13 de março de 2019. Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - Diretor Presidente. Rubens Garcia Nunes - Diretor Vice-Presidente. Marco Aurélio Neto Arnes – Diretor.”

4. Nesta mesma oportunidade, os Diretores resolveram submeter referidos documentos e proposta ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, para sua aprovação.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro
Diretor Presidente

Rubens Garcia Nunes
Diretor Vice-Presidente

Marco Aurélio Neto Arnes
Diretor